

# A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: OLHARES SOBRE OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO NACIONAL NORMATIVO EM VIGOR NO BRASIL

Organizadoras:  
Clarice Saete Traversini (UFRGS)<sup>1</sup>  
Darlize Teixeira de Mello (ULBRA)<sup>2</sup>

*O que está inscrito no currículo não é apenas  
informação - a organização do conhecimento  
corporifica formas particulares de agir, sentir, falar e  
“ver” o mundo e o “eu” (POPKEWITZ, 2002,  
p.174).*

Estamos em março de 2020, finalizando a organização deste dossiê. Neste momento, a COVID-19 (pandemia do coronavírus) parou o mundo e nos forçou a viver tempos de “imperativo de isolamento” (BUTLER, 2020, p. 1). O incessante pedido das autoridades, dos profissionais de saúde e de qualquer pessoa sensata é “lave as mãos”, “fique em casa”, é preciso “isolamento social” para evitar que o vírus nos adoeça, que o sistema de saúde brasileiro não entre em colapso e possa suportar as urgências de uma pandemia que se dissemina em progressão geométrica. O coronavírus desconhece fronteiras e por ter transmissão rápida ameaça a todos com o risco de adoecer e de perder pessoas próximas, a começar por aqueles que denominamos idosos. O vírus nos mostra que a “comunidade humana é igualmente precária” (BUTLER, 2020, p.1). A mídia tem noticiado preocupações com os efeitos nefastos da pandemia mais sobre a economia e menos sobre a comunidade humana. Entretanto, um fato se

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul ([clarice.traversini@gmail.com](mailto:clarice.traversini@gmail.com))

<sup>2</sup> Universidade Luterana do Brasil ([darlizemello@terra.com.br](mailto:darlizemello@terra.com.br))

tornou inegável: a racionalidade neoliberal que defende o Estado mínimo está ruindo dia após dia desde o início da pandemia.

No Brasil, a ciência, prioritariamente, desenvolvida em instituições públicas e o Sistema Único de Saúde (SUS), também público, tão atacados na atual gestão governamental do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), se mostraram centrais para salvar vidas. Não há dúvidas: a pandemia do COVID-19 escancarou a necessidade de retomar, ampliar e fortalecer investimentos financeiros nas políticas públicas de saúde e de educação. Por que insistir no caráter público das políticas sociais? Uma das respostas pode estar na resistência de grande parte dos professores e pesquisadores da educação, para mencionar a área que nos diz respeito, à governamentalidade neoliberal conservadora (LOCKMANN, 2020), em que um dos focos é o fortalecimento da privatização da educação, a partir do discurso da “deslegitimação da escola como espaço público de formação e socialização” (MACEDO, 2019, p. 42).

A docência e a pesquisa em educação têm evidenciado que a construção de uma sociedade menos injusta – que combate o capitalismo predatório, o racismo, o preconceito de gênero e a xenofobia, apenas para citar algumas frentes – pode acontecer se mantivermos o “caráter público e comum da educação” (LOCKMANN, 2020, p. 73). Caráter público compreendido como oportunidades educacionais para todos; acesso não apenas via espaços físicos, mas a não discriminação das pessoas para ingressar na escola; práticas de apropriação e produção de conhecimentos balizadas pelos propósitos da cidadania e da redução das desigualdades, e; a gestão democrática feita com a participação de todas as “comunidades escolares, na produção das propostas político-pedagógicas, respeitados os direitos e deveres gerais” (ADRIÃO et al, 2016, p.116). Caráter comum entendido como uma forma de deliberar conjuntamente o que se considera justo para todos, assumir as ações que derivam dessa decisão coletiva e preservar o que foi reservado para uso comum, sem possibilidade de se apropriar de forma individualizante, por pertencer a todos. (DARDOT; LAVAL, 2017).

Então, a partir das discussões trazidas até aqui, perguntamos, que sentidos epistemológicos de público e comum abriga a BNCC? Nos parece que na conjuntura política brasileira opera o sentido de conformar a escola para constituir um sujeito auto empreendedor necessário ao mercado do consumo e da concorrência na racionalidade atual. O ‘comum’ da Base Nacional Comum Curricular tende a se tornar “um instrumento de centralização e de tentativa

de *homogeneização das práticas pedagógicas* desenvolvidas em nosso país” (SILVA, 2017, s/p. Grifo do autor).

Entretanto, se por um lado, a BNCC consiste em um documento de regulação e controle da Educação Básica, balizador da formação de professores tanto inicial quanto continuada, da produção de material didático e tecnologias e das avaliações em larga escala; por outro, os textos oficiais não acontecem idealmente como foram pensados. O currículo acontece nos tempos e espaços da escola, ou seja, nos complexos e heterogêneos contextos que lhe darão vida e concretude. Currículos acontecem nas salas de aula, são criados pelos professores a cada momento. As práticas dos professores modificam “normas e textos de políticas educacionais, hegemonias políticas e outras influências, usando aquilo que sabem/sentem/desejam em diálogo com aquilo que lhes é supostamente imposto” (OLIVEIRA, 2013, p. 387).

Tanto o currículo, que se materializa no tempo e espaço da escola, quanto a BNCC, a normativa atual do que deve ser aprendido e ensinado em todo o país, não se produzem sem tensões. A própria elaboração da BNCC foi um processo eivado de tensões entre a tentativa de praticar os princípios do público e comum para selecionar conceitos e conhecimentos considerados válidos nestes tempos e a sua redescritção sob a forma de competências para alinhar-se com as tendências da “nova razão do mundo” (DARDOT; LAVAL, 2017, s/p). As tensões podem ser evidenciadas em três movimentos que envolveram sua construção. O primeiro em 2010 no I Seminário Nacional: Currículo em Movimento (BRASIL, 2010) que subsidiou as discussões de 2011 a 2014, as quais tinham como objetivo construir processos de seleção de conceitos que integrariam os currículos - no plural - nas redes de ensino e pautados nas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs (BRASIL, 2013). Currículos construídos coletivamente e discutidos pelos professores pelas vias dos processos de formação docente. O processo vivido culminou com a elaboração de um documento desconsiderado nas versões seguintes e que advoga pela “necessidade de ultrapassar a convicção de que o direito do estudante se restringe ao direito ao acesso à escola e que tudo o mais é de sua responsabilidade” (BRASIL, 2018b, p. 71).

O segundo movimento é o que adquiriu visibilidade e compõe o que o Ministério da Educação (MEC) considerou a versão um e dois da BNCC (2015 e 2016), período em que houve consulta pública *on line*. Houve posicionamentos críticos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação

em Educação por meio do GT 12 - Currículo - e a ABdC/Associação Brasileira de Currículo (ANPED/ABdC, 2015), da organização não governamental Ação Educativa (2016); da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE, 2015); do Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES (CEDES, 2015); dossiês de Revistas qualificadas como E-Curriculum (v. 12, n. 2, 2014), Retratos da Escola (v.9, n. 17, 2015) e Debates em Educação (V.8, n. 16, 2016), bem como em diversas publicações sobre a BNCC, conforme apontado no levantamento realizado por Soek e Mainardes (2017) e dos próprios pareceristas convidados para avaliar a BNCC em construção. De forma resumida, as publicações chamam atenção para a ênfase na educação voltada para o mercado de trabalho/demandas da economia; ausência de planejamento de implementação articulada com a formação continuada e “descharacterização do estudante em sua condição de diferença, bem como da desumanização do trabalho docente em sua condição criativa e desconsideração da complexidade da vida na escola” (ANPED, 2015, p.1).

No terceiro movimento é consolidada a BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental (2017) a qual é reescrita no formato de competências, unidades temáticas, objetos do conhecimento e habilidades e posteriormente, em 2018, compilada com a do Ensino Médio. Esta BNCC homologada define a si própria como: “documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar” (BRASIL, 2018a, p.7). Devido ao seu caráter normativo sua implementação pelas escolhas públicas e privadas não é opcional e a “adequação dos currículos à BNCC deve ser efetivada preferencialmente até 2019 e no máximo, até início do ano letivo de 2020” (BRASIL, 2017, Art. 15º, Parágrafo único).

Portanto, estamos em um período de implementação da BNCC com a sua adequação nas redes de ensino públicas e privada nos estados e municípios. Essa foi a motivação que nos mobilizou a propor um dossiê para discutir de modo analítico-crítico como as redes de ensino estão realizando a implementação da BNCC em diferentes regiões do país. Priorizar o foco em pesquisas de diferentes regiões brasileiras foi uma definição que levou em conta a produção acadêmica já existente. O acesso ao Portal de Periódicos da CAPES mostra diferentes focos de estudo quando passa a ser implementada. Em 2018, o periódico Ensino em Re-Vista, v. 25, publicou um número especial, dedicado a apresentar “experiências e debates realizados na Espanha, Argentina, Colômbia e Brasil” acerca de suas políticas curriculares (GUIMARÃES, 2018,

p. 865). Também em 2018, a Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação (ANPAE) publicou um livro eletrônico, de acesso aberto, tematizando “A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas”, organizado por Márcia Angela Aguiar e Luiz Fernandes Dourado. Em 2019, a Revista Retratos da Escola, v. 13, n. 25, enfocou a “A BNCC e a formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias”.

Recebemos um número significativo de artigos cujas análises se encontram ao possibilitar visibilidades e invisibilidades desse processo de constituição curricular nas escolas, a partir de adversidades e diversidades locais – de modo étnico, cultural, social, político, econômico – e individuais. Representam estudiosos que pesquisam e vivem a educação básica pública desse país e do exterior. De que forma foi concebida a BNCC? Como iniciou e que grupos operaram o processo de construção? Como tem ocorrido a formação de professores? Que avanços e limitações os professores encontram na implementação da BNCC? Há materiais didáticos que têm subsidiado a formação dos professores ou as propostas curriculares e pedagógicas? Quais são esses materiais? Como os currículos das escolas têm sido organizados? Quais as competências e as habilidades têm sido mais destacadas nas propostas pedagógicas de implementação da BNCC? São questões que impulsionaram a organização desse dossiê e que pretendem fomentar o debate de uma proposta curricular em implementação num cenário de instabilidade política.

Objetivamos, assim, evidenciar, a partir dos artigos selecionados para compor esse número da Revista Textura, a emergência de possibilidades de análise de processos político-educacionais curriculares, sendo nossas escritas um ensaio autorreflexivo, contra formas predominantes de raciocínio nos discursos educacionais. Escrevemos como ato marginais (POPKEWITZ, 2002), problematizando discursos, negociações e articulações complexas sobre as políticas curriculares e de formação docente.

O presente dossiê tematiza sobre a implantação da BNCC em quatro seções: A BNCC no contexto das políticas públicas nacionais; a BNCC no contexto de políticas públicas estaduais; a BNCC no contexto de políticas públicas municipais e a BNCC e os diferentes componentes curriculares.

A primeira seção *A BNCC no contexto das políticas públicas nacionais*, composta por três artigos, traz problematizações sobre o sentido do discurso presente na constituição da BNCC, quem são os seus principais atores e quais

suas racionalidades epistemológicas, através de pesquisas documentais e de entrevistas com redatores desses documentos, realizadas por pesquisadores portugueses e brasileiros. A Fundação Lemann receberá destaque nos dois primeiros artigos da seção, considerando como operou na organização do Movimento pela Base, influenciando as formas de condução do trabalho. Os artigos dessa seção têm como base teórica os estudos sobre políticas públicas e currículo. O artigo de abertura - *Os contextos de influência política e de produção de texto no currículo nacional brasileiro* - de Adriana Corrêa e José Carlos Morgado analisa a gênese da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os fios e os nós que entretecem o contexto político no âmbito do qual decorreu a produção desse documento curricular fazem parte da pesquisa. A pesquisadora recorre aos redatores do texto, aos Agentes Públicos e aos membros do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular, como interlocutores da amostra, através de entrevistas. Também analisa documentos que auxiliaram na constituição do documento final. Os resultados da investigação apontam a influência do fluxo de políticas transnacionais que concorrem para minimizar o papel do Estado, baseado em imperativos de eficiência e performatividade, o protagonismo do Movimento pela Base Comum Curricular, que mobilizou uma série de decisores políticos para que a BNCC entrasse na agenda nacional, contribuindo financeiramente para a sua construção e uma arquitetura curricular cuja a epistemologia empregada privilegia a vertente da racionalidade instrumental, respondendo a uma tradição disciplinar, bem como uma natureza prescritiva anacrônica no tratamento dos componentes curriculares.

No artigo *As reformas educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*, Maria Raquel Caetano, objetiva refletir sobre as reformas educacionais globais, apresentando os interlocutores da construção da BNCC e o modo como influenciaram e disputaram essa política pública. O procedimento metodológico deu-se pelo levantamento e análise de documentos oficiais, institucionais, relatórios e fontes secundárias. Nas considerações finais do estudo a pesquisadora enfatiza o papel da Fundação Lemann na constituição da BNCC, influenciando e direcionando diretamente a formulação dessa política educacional.

Em *Reflexões sobre os documentos curriculares do Ensino Médio do Brasil e da Educação Secundária Comunitária Produtiva da Bolívia*, Jane Mery Richter Voigt, Marly Krüger de Pesce e Silmara dos Santos da Cunha apresentam uma discussão dos documentos norteadores do currículo nacional

do Ensino Médio do Brasil e da Educação Secundária Comunitária Produtiva da Bolívia. A pesquisa, de cunho qualitativo, foi realizada por meio de análise documental, tendo como base teórica os estudos sobre o currículo e as políticas curriculares. Os resultados, a partir de uma análise comparativa entre os dois países, evidenciam que há uma base geral de conhecimentos e uma voltada à formação técnico-tecnológica em ambos os países, contudo o que diferencia as duas propostas são as concepções de educação; no Brasil esta é voltada às exigências da globalização, na Bolívia esta é entendida como possibilidade de libertação do domínio colonizador.

Na sequência, há um bloco com cinco artigos que compõem a segunda seção - *a BNCC no contexto de políticas públicas estaduais* - trazendo elementos da implantação da BNCC e a formação de professores em três estados brasileiros: Amazonas, Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, esse último com dois artigos.

A seção inicia pelo texto *A implementação da Base Nacional Comum Curricular no Amazonas: desafios, conquistas e contradições em movimento*, Mariângela Momo e Michelle de Freitas Bissoli, em que as autoras buscam refletir sobre as especificidades do processo de implantação da Base Nacional Comum Curricular no Estado do Amazonas, apresentando para isso as especificidades da região e sua influência nas escolhas realizadas para o processo formativo de professores. No referido estudo há uma problematização do movimento de elaboração do Referencial Curricular Amazonense, focalizando-se as contradições trazidas pela presença de agentes privados. As Editoras são destacadas por ofertarem formações nem sempre articuladas aos movimentos de consolidação da Base.

Já o artigo *Na Base, como os professores veem a Base? Sobre Currículos BNCC*, de Francisco Canindé Silva aborda uma reflexão acerca dos silenciamentos da BNCC, tomando as angústias e experiências da comunidade escolar da Rede Estadual e Redes Municipais de Ensino do Rio Grande do Norte como ponto de partida. O estudo debateu - com professores e gestores de algumas redes de ensino do referido Estado - sobre as relações entre BNCC e currículo. Distintas questões sobre como proceder com o documento é explicitado na conversa com os professores e gestores, uma vez que para o autor, estes viram as dimensões política e epistemológica do currículo silenciadas. Nesse sentido, o autor pontua que, partir desses encontros de formação, houve um entendimento do grupo de que a BNCC, e o seu conjunto

de princípios, lógicas e racionalidades, não faz justiça cognitiva as múltiplas práticas pedagógicas emergentes nos cotidianos das escolas. Também ficou evidente que sua implementação não seja uma ação passível de descarte, embora se reconheça que nos cotidianos escolares a complexidade da inteligência seja sempre mais ampla, afinal tem força de lei e garante minimamente o preconizado como direito.

Debruçando-se sobre à implantação da BNCC em outro estado, *A construção da Base Nacional Comum Curricular no Mato Grosso Do Sul*, Thaise da Silva, Andréia Vicência Vitor Alves apresentam uma discussão sobre à elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Mato Grosso do Sul (MS), por meio de pesquisa qualitativa do tipo documental e de campo. As autoras evidenciam em seu estudo a participação ativa da Secretaria de Educação do estado do Mato Grosso do Sul na discussão e elaboração do Documento Preliminar da BNCC e na construção do Currículo Referência de Mato Grosso do Sul. O estudo destaca como o governo estadual junto com os municipais têm se esforçado para organizar seus currículos e Projetos Políticos Pedagógicos de modo a contemplar aspectos da BNCC, mostrando a preocupante forma condescendente que os governos estadual e municipais atendem à esta demanda, sem muitos questionamentos sobre o que está “na base da Base” e nos documentos que dela originados.

“*O desafio do dia D é colocar em prática o Design Thinking*” - uma análise da implantação da BNCC na Rede Estadual de Ensino do Rio Grande Do Sul, escrito por Clarice Salete Traversini, Marcus Vinicius Mayer Pereira e Darlize Teixeira de Mello analisa os documentos orientadores da Secretaria do Estado da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC) para à implantação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) na referida Rede. A metodologia desse estudo, de cunho descritivo-analítica, problematiza o Design Thinking - proposta de formação destinada aos gestores e professores - através do desafio do Dia D - e sua estreita relação com o discurso da performatividade na educação. A pesquisa evidencia quanto a metodologia de ensino do Design Thinking tem sido assumida pelo seu caráter “inovador”, estando, no entanto, em descompasso com as condições de trabalho docente. Destaca, também, como à articulação do Referencial Curricular Gaúcho a BNCC, através do Design Thinking, tende a priorizar as narrativas-mestras da forma mercado almejando a performatividade dos estudantes e secundarizando as condições pedagógicas que fomentam a sua não aprendizagem.

Outro artigo que aborda a implementação da BNCC no Estado do Rio Grande do Sul intitula-se *Sobre aprender melhor no ver, no ouvir, no pegar, no provar e no cheirar: expectativas de professores frente a um currículo por competências*, de Laura Habckost Dalla Zen, Ana Cristina Ghisleni. O estudo discute as expectativas de professores frente à implantação da BNCC, investigadas a partir de manifestações de alunos em uma atividade específica da Formação Pedagógica para Coordenadores Pedagógicos, oferecida pelo COMUNG às escolas da Rede Pública do Rio Grande do Sul. O problema colocado, através das discussões realizadas, aponta uma suspeição no que se refere aos efeitos da BNCC na escola e dúvidas e apreensões ligadas ao como fazer, no que diz respeito à organização de um ensino por competências. No artigo há questionamentos sobre a carência de discussões teórico-metodológicas do ensino por competências, ainda que, para as autoras o conceito de competência seja tomado como fundamento pedagógico da BNCC.

A seção *A BNCC no contexto de políticas públicas municipais* é tematizada em três artigos que sob o enfoque da formação de professores referenciam redes municipais de ensino do Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A modalidade de Ensino Educação Infantil será o “cenário” da análise da implantação da BNCC do primeiro e o do segundo artigo, enquanto a modalidade do Ensino Fundamental será o “cenário” do terceiro artigo. O foco na construção dos Projetos Político Pedagógicos das referidas redes de ensino e à articulação com a BNCC são elementos de análise do primeiro e terceiro estudo dessa seção.

Em *Entrecruzando a Base Comum Curricular e a formação de professores da Educação Infantil*, Luiz Martins Junior, Julice Dias e Jordelina Beatriz Anacleto Voos apresentam uma experiência de formação de professores da Educação Infantil de uma rede municipal de educação localizada no litoral norte do estado de Santa Catarina. O estudo salienta a relevância da formação, em serviço, para a construção de Proposta Pedagógica para Educação Infantil, com vistas à adequação da Base Nacional Comum Curricular, como possibilidade de reflexões teórico-práticas acerca do planejamento na e para Educação Infantil e da tomada de posições conceituais e metodológicas nesse contexto de ensino.

A seguir, no artigo *Base Nacional Comum Curricular e Educação Infantil: limites e possibilidades de atuações da Rede Pública Municipal de Santa Maria/RS*, Daiane Lanes de Souza e Rosane Carneiro Sarturi analisam à

implantação da Base Nacional Comum Curricular na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS. A metodologia empregada foi um estudo qualitativo, de base analítico-discursiva, a partir estudo documental da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de entrevistas com as gestoras da Secretaria Municipal de Educação. A pesquisa delinea alguns limites presentes no discurso da BNCC e a (im)possibilidades do discurso de implementação no município estudado.

*A BNCC e sua provocação para a autonomia da escola e para a (re)significação do currículo*, de Tatiana M.S.P. Filha e Daianny Madalena da Costa aponta a articulação de questões da gestão e do currículo como elemento decisivo para a construção de Projetos Político Pedagógicos (PPPs). De metodologia qualitativa, analisa o contexto de uma Rede Municipal de Ensino localizada na região metropolitana de Porto Alegre, por meio da observação participante e da análise documental. O estudo visa compreender como os profissionais da presente rede de ensino se apropriam da política pública de implantação da BNCC, investigando os movimentos experienciados pelos profissionais envolvidos no processo de pesquisa.

Fechando o dossiê, a seção *A BNCC e os diferentes componentes curriculares* composta por três artigos, tematiza sobre as articulações do espaço/lugar de componentes curriculares específicos - às artes, a história regional e as línguas adicionais, destacando-se o espanhol - na BNCC e nos referências curriculares de alguns estados brasileiros como Rio Grande do Norte, Pará e Mato Grosso do Sul. Relações de poder entranhadas na seleção e organização de determinados componentes curriculares será o note das discussões.

Abrindo a seção temos o artigo *As artes na Base Nacional Comum Curricular*, escrito por Karyne Dias Coutinho e Jefferson Fernandes Alves. O estudo trata do lugar que a Base Nacional Comum Curricular destinou às Artes, que de área do conhecimento passa a componente curricular. Os autores traçam um breve panorama que envolve os embates recentes em torno da configuração da BNCC, apontam a mobilização da Federação de Arte-Educadores do Brasil no sentido de assegurar o tratamento curricular das Artes como área de conhecimento composta por Artes Visuais, Dança, Música e Teatro e discutem os principais resultados de estudos que os permitiram delinear um cenário reflexivo acerca dos tensionamentos envolvendo o lugar das Artes na BNCC.

*História da Amazônia, História do Brasil? Uma análise sobre os conteúdos regionais na BNCC*, de Jonata Souza de Lima, Érico Silva Muniz problematiza a dimensão dos conteúdos de história regional na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), evidenciando o debate sobre a Amazônia. A metodologia envolve análise documental, de leis e pesquisa de campo com professores das disciplinas de História e Estudos amazônicos. Os autores observam, no estudo em questão, modificações na articulação da BNCC com propostas político-pedagógicas por conta da ação política de grupos de pesquisa e entidades representativas do Estado do Pará, considerando pesquisas sobre a importância dos símbolos regionais para construção de identidades. As evidências investigativas do presente estudo demonstram a tendência à valorização da regionalidade na organização do currículo e os desafios para representação da Amazônia no ensino de História.

Já no artigo *Espanhol, presente! Discussão sobre o apagamento e a resistência do idioma em documentos oficiais*, as autoras Daniela Sayuri Kawamoto Kanashiro e Ana Karla Pereira de Miranda debatem a importância das línguas adicionais na educação básica e o apagamento do Espanhol em vários documentos nacionais que regulam o ensino, como na Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Nesta pesquisa, de natureza documental, as autoras evidenciam as contradições presentes na BNCC, no que tange a uma educação que favoreça o plurilinguismo, à interculturalidade e o respeito à diversidade, estabelecendo comparativos com o documento Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul, que por sua vez, contempla o ensino desse idioma do 1º ao 9º ano.

O excerto “o que está inscrito no currículo não é apenas informação - a organização do conhecimento corporifica formas particulares de agir, sentir, falar e “ver” o mundo e o “eu”, de Popkewitz (2002, p.174), destacado no início do desse texto de apresentação nos inspira a apontar que esse dossiê procurou compartilhar o pressuposto de que é necessário avançar em relação à mera implantação da BNCC, de que não é suficiente apenas realizar críticas a esse processo, mas, sim, problematizar, discutir, analisar os modos como a organização do conhecimento na BNCC se constitui e é posicionado. A leitura dos textos mostra-nos que as palavras problematizar, discutir, analisar foram enunciadas várias vezes nos artigos deste dossiê. Não se tratando de uma simples enunciação, e, sim, de um convite para a significação, resignificação do currículo no contexto escolar.

Enfim, a BNCC, sua implementação nas diferentes redes estaduais e municipais e seu acontecimento como currículo nas escolas, precisa *ser um processo sem fim*, de permanente acordo entre seleção de conhecimentos (comuns e diversificados) e formação de sujeitos (alunos, professores e sociedade). A expressão *BNCC como um processo sem fim*, aprendida com a Profa. Dra. Maria Beatriz Luce e inspirada em Boaventura Souza Santos, era enunciada como um princípio orientador do processo de elaboração em 2014, sob sua coordenação na Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Junto com os pesquisadores da educação, em especial aqueles que nos acompanham neste Dossiê Temático, procuramos manter vivo o processo de não cristalizar a BNCC e resistir aos enquadramentos homogeneizantes propostos com os alinhamentos de políticas performativas e privatizantes. As discussões aqui trazidas são uma contribuição viva para manter o caráter público e comum da educação.

Ao finalizar, expressamos nossos agradecimentos aos vários parceiros que contribuíram para a realização deste Dossiê Temático. Aos pareceristas pelo intenso trabalho na minuciosa análise dos artigos e aos editores da Revista Textura pela confiança e pela cuidadosa organização. Aos autores nosso muito obrigada pelo aceite ao nosso convite em dar visibilidade aos processos de implantação da BNCC em diferentes redes de ensino. E as redes acadêmicas que nos constituem enquanto pesquisadoras e nos possibilitam essa articulação de diálogos, trabalho conjunto e amizade de longa data. Nesse sentido, destacamos o Grupo de Pesquisa em Educação e Disciplinamento (GPED/CNPq) e o Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade (NECCSO/CNPq) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a partir da pesquisa interinstitucional - “O que os professores estão fazendo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Efeitos da BNCC no currículo em um projeto de adequação idade-ano escolar na rede estadual do município de Porto Alegre (RS) - 2019-2021”, desenvolvida com apoio financeiro do CNPq. Boa leitura!

## REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA. *Contribuição pública da Ação Educativa ao processo de consulta nacional sobre a Base Nacional Comum Curricular*. Campinas:



CEDES, 2016. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/noticias/518>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas et al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. *Educação e Sociedade*. Campinas: UNICAMP/CEDES. v. 37, n. 134, p. 113-131, Mar. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302016000100113&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000100113&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 jun. 2018.

AGUIAR, Márcia A. S.; DOURADO, Luiz (Org.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ANPED/ ABdC. *Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular*. Rio de Janeiro: ANPED/AbdC, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/exposicao-de-motivos-sobre-basenacional-comum-curricular>. Acesso em: 18 jul. 2019.

ANPED/ ABdC. *Documento ANPED e ABdC sobre BNCC*. (2015). Rio de Janeiro: ANPED/ABdC. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/noticias/518>. Acesso em: 24 mar. 2020.

ANPAE. *Comentários iniciais para a discussão do Documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Campinas; CEDES, 2015. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/noticias/518>. Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. *I Seminário Nacional: currículo em movimento - Perspectivas Atuais* - Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/16110-i-seminario-nacional-do-curriculo-em-movimento>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. - Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. *Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017*. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 02 maio 2018.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular-BNCC*. Brasília: MEC, 2018a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 18 jun. 2018.

BRASIL. *Direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento na Educação Básica*: subsídios ao currículo nacional (no contexto dos debates para o estabelecimento da BNCC, elaborados no âmbito do Ministério da Educação de dezembro de 2012 a fevereiro de 2015). Brasília: Grupo de Trabalho sobre Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento, 2018b. Disponível: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/55911>. Acesso em: 18 jul. 2019.

BUTLER, Judith. Judith Butler sobre o COVID-19: O capitalismo tem seus limites. Tradução de Artur Renzo. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/20/judith-butler-sobre-o-covid-19-o-capitalismo-tem-seus-limites/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CEDES. *Documento do Centro de Estudos Educação e Sociedade sobre Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Campinas: CEDES, 2015. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/noticias/518>. Acesso em: 25 mar. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL - O Comum é a revolução, dizem Dardot e Laval. *IHU on line*. UNISINOS: São Leopoldo, 26 out. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573045-o-comum-e-a-revolucao-dizem-dardot-e-laval>. Acesso em: 12 jun. 2018.

DOSSIÊ Temático: A BNCC e a formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias. *Retratos da Escola*. Brasília: CNTE, v. 13, n. 25, jan./abr, 2019. ISSN 2239-4391. Disponível em:

<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/35>. Acesso em: 15 set. 2019.

DOSSIÊ Temático: Base nacional Comum: Projetos curriculares em disputa. *Revista Retratos da Escola*. Brasília: CNTE, v. 9, n.17, jul./dez. 2015. ISSN 2238-4391. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/27>. Acesso em: 20 mar. 2020.

DOSSIÊ Temático: debates em torno da ideia de bases curriculares nacionais. *Revista e-Curriculum*, São Paulo: PUC-SP, v. 12, n. 3, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/issue/view/1331>. Acesso em: 20 mar. 2020.

DOSSIÊ Temático: Educação Infantil e Base Nacional Comum Curricular: questões para o debate. *Revista Debates em Educação*. Maceió: CEDU/UFAL, v. 8, n. 16, jul./dez, 2016. ISSN 2175-6600. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/issue/view/213>. Acesso em: 12 ago. 2019.

GUIMARÃES, Selva. Apresentação. *Ensino Em Re-Vista* – Número Especial. Uberlândia: UFU. v. 25 dez. 2018, p. 865. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/issue/view/1770>. Acesso em: 15 set. 2019.

LOCKMANN, Kamila. As reconfigurações do imperativo da inclusão no contexto de uma governamentalidade neoliberal conservadora. *Pedagogía y Saberes*, Bogotá-Colômbia, v.52, p.67-75, ene/jun.2020. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/PYS>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MACEDO, Elizabeth Fernandes. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. *Retratos da Escola*. Brasília: CNTE, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./abri, 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/967>. Acesso em: 15 set. 2019.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Currículo e processos de aprendizagemensino: Políticaspráticas Educacionais Cotidianas. *Currículo sem Fronteiras*, v. 13, n. 3, p. 375-391, set./dez. 2013. Disponível em:



<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/oliveira.pdf>. Acesso em 10 abr. 2019.

POPKEWITZ, Thomas. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 173-210.

SOEK, I. C.; MAINARDES, J. *Base Nacional Comum Curricular - BNCC: levantamento de publicações (2014-2017)*. Ponta Grossa: UEPG, 2017.